

# DISTRIBUIÇÃO SOCIOESPACIAL DE PRAÇAS URBANAS E OCORRÊNCIAS CRIMINAIS EM ESPAÇOS PÚBLICOS

*SOCIO-SPATIAL DISTRIBUTION OF URBAN PARKS AND  
CRIMINAL OCCURRENCE IN PUBLIC SPACES*

*Myllena Siqueira Santos<sup>1</sup>, Larissa Letícia Andara Ramos<sup>2</sup> e  
Luciana Aparecida Netto de Jesus<sup>3</sup>*

## Resumo

Um dos desafios das cidades contemporâneas é a manutenção da vida pública, ainda que seja um direito de todos, é também ameaçada pela violência urbana. Partindo do princípio de que fatores socioespaciais e do desenho urbano podem auxiliar na prevenção de ações criminosas e aumentar a sensação de segurança, o presente artigo analisa a relação entre a distribuição socioespacial de praças urbanas e incidências criminais nos espaços públicos, tendo como recorte o município de Vila Velha-ES. Após a contextualização temática, foram elaborados mapas da distribuição socioespacial das praças e mapas de densidade criminal em espaços públicos. Os resultados evidenciam uma fragmentação na distribuição das praças e alto índice de crimes violentos em áreas com ausência delas. As análises demonstram que a violência urbana, apesar de complexa, influencia e é influenciada pelo espaço urbano e, portanto, o planejamento das cidades deve considerar o desenho e a morfologia urbana.

Palavras-chave: espaços públicos, segurança pública, mapeamento, praças, vitalidade urbana.

## Abstract

*One of the challenges of contemporary cities is the maintenance of public life, although it is everyone's right, it is also threatened by urban violence. Assuming that socio-spatial factors and urban design can help to prevent criminal actions and increase the feeling of safety, this article analyzes the relation between the social-spatial distribution of urban parks and criminal incidences in public spaces, based on the city of Vila Velha – ES. After contextualizing the theme, maps of the socio-spatial distribution of the parks and maps of criminal density in public spaces were created. The results show a fragmentation in the distribution of the parks and a high rate of violent crimes in areas without them. The analysis demonstrates that urban violence, despite its complexity, influences and it's influenced by the urban space, and therefore, that city planning must consider the urban design and morphology.*

1 Arquiteta e Urbanista e mestranda em Arquitetura e Cidade pela Universidade Vila Velha (UVV). Colabora no Grupo de pesquisa "Paisagem Urbana e Inclusão" onde investiga temas envolvendo o espaço público, segurança urbana e a perspectiva de gênero.

2 Arquiteta e Urbanista. Doutora em Tecnologia e Projeto para Qualidade Ambiental na Arquitetura e Cidade. Professora do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo e do Mestrado em Arquitetura e Cidade da Universidade Vila Velha. Líder do Grupo de Pesquisa "Paisagem Urbana e Inclusão". Estuda projeto de espaços livres públicos, qualidade ambiental do ambiente Construído, Desenho Universal e Inclusão.

3 Arquiteta e Urbanista, doutora em Engenharia Civil pela Universidade de Minho. Professora do Departamento de Engenharia Civil da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Vice-líder do grupo de pesquisa "Paisagem Urbana e inclusão". Investiga a qualidade socioambiental dos espaços públicos e sua relação com a cidade e a eficiência energética do ambiente construído.

*Keywords: public spaces, public safety, mapping, parks, urban vitality.*

## Introdução

A cidade contemporânea vive um contexto de medo e insegurança que segundo Bauman (2009), o "estrangeiro" - entendido como o outro desconhecido - é percebido como uma possível ameaça. O autor afirma que a origem do problema está nos vínculos comunitários perdidos, pois o medo da violência urbana faz com que se perca a confiança no outro e questione suas intenções. Nesse contexto, a cidade também vai sendo transformada em virtude do aumento da violência e do medo, com o surgimento de novas morfologias que reproduzem características medievais e prisionais (LIRA, 2014).

Conforme aponta Bauman (2009), a sensação de medo contribui no agravamento da segregação socioespacial na medida em que grupos sociais mais elitizados distanciam-se dos mais pobres e excluídos, buscando "refúgio" em espaços vigiados e privativos, enquanto outras áreas são responsabilizadas pelo aumento dos crimes e seus moradores são discriminados. Um desses "refúgios" são os chamados "enclaves fortificados" (CALDEIRA, 1997) que são espaços privados - para morar, trabalhar e se divertir - confinados e com tecnologias de autoproteção. São demarcados e isolados por muros e grades, além de serem homogêneos socialmente. A autora enfatiza que os "enclaves fortificados" são espaços voltados para o interior que, além de ignorarem o contexto da cidade, rejeitam a vida pública ao permitirem que as pessoas evitem "interações indesejadas, movimento, heterogeneidade, perigo e imprevisibilidade das ruas" (CALDEIRA, 2011, p. 258-259). Tal arquitetura introspectiva reforça a desvalorização dos espaços públicos pois ignora o contexto da rua e promove a privatização dos espaços de lazer.

O espaço público tem papel fundamental na interação social que se concretiza no local democrático e acessível a todos, sem barreiras à participação social e com respeito ao convívio e ao debate (LIMA, 2006). Dessa maneira, os espaços públicos - tais como as praças e parque urbanos - são essenciais para a convivência entre pessoas de diferentes realidades, no entanto, para isso, é necessário que esses espaços sejam qualificados e seguros para que haja apropriação de diferentes grupos sociais.

Os espaços da cidade que não são ocupados tendem a ser mais inseguros pois "quando temem as ruas, as pessoas as usam menos, o que torna as ruas ainda mais inseguras" (JACOBS, 2013, p. 30). A autora, em seu livro publicado na década de 1960, realizou uma análise da relação entre segurança urbana e espaço público, com foco na "vigilância natural", ou seja, no monitoramento informal realizado pelas pessoas que frequentam um lugar. Jacobs (2013) discorre ainda sobre a importância da vitalidade urbana, da movimentação de pessoas em diferentes horários, da diversidade de usos e dos "olhos na rua", fatores esses que se relacionam com a vigilância natural proporcionada pelos edifícios e contato com a vizinhança.

Sobre as estratégias de segurança no espaço público, Newman (1996) defende a teoria do "espaço defensável", em que a delimitação entre público e privado é bem definida, assim como o controle social realizado pelos moradores para garantia da segurança pública. O autor diverge da opinião de Jacobs, ao ver um espaço movimentado como inseguro na medida em que este se torna permissivo ao anonimato e à ação do criminoso. Newman (1996) ainda afirma que para instaurar a segurança, o espaço deve haver limites físicos e o senso de comunidade latente, nessa conformidade.

Ainda analisando a correlação de espaço e segurança, Jeffrey (1971), na década de 1970, apresenta o conceito de CPTED (*Crime Prevention Through Environmental Design*), que se traduz como a “Prevenção do Crime através do Desenho Urbano”. O conceito aborda características da arquitetura e do espaço urbano que contribuem para a redução de ações criminosas através da diminuição das oportunidades pautadas em quatro princípios: controle natural de acesso, vigilância natural, reforço territorial e manutenção do espaço público. Dessa maneira, Jeffrey (1971) reforça a ideia de Jacobs (2013) sobre a vigilância como inibidora da ação criminal, assim como a teoria de Newman (1996) de maior controle social e pertencimento do espaço público.

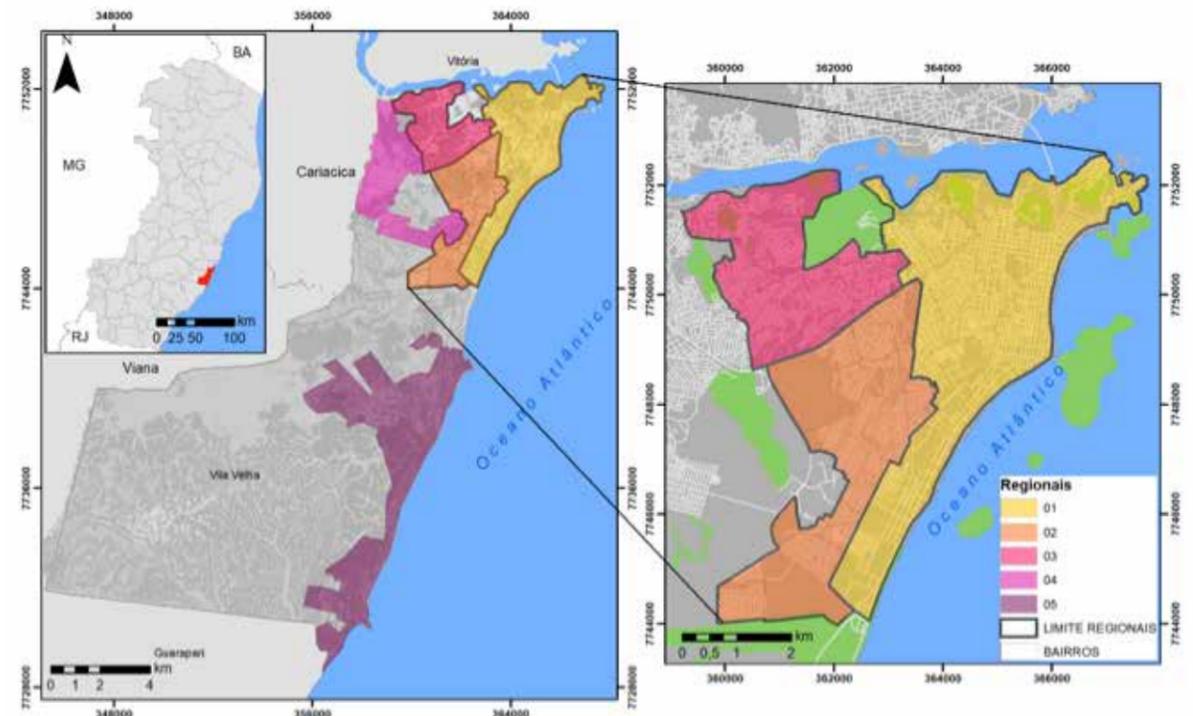
No Brasil, o conceito de “Prevenção do Crime através do Desenho Urbano” é definido por Bondaruk (2007, p. 71) como “todas as providências a serem tomadas, visando reduzir a probabilidade do acontecimento de delitos, através de modificações no desenho urbano, aumentando assim a sensação de segurança”. O autor analisa as precauções a serem adotadas no pós-delito para evitar a reincidência do crime. Em sua pesquisa, observou que a maioria dos infratores optam por ruas de menor fluxo de pessoas e com obstáculos à visão. Outra constatação relevante é que os moradores atribuem a atuação da vizinhança como mais determinante que a presença da polícia (BONDARUK, 2007).

Segundo a “Teoria das Janelas Quebradas” de Wilson e Kelling (1982), o problema da violência urbana também está na natureza humana e no desenvolvimento das relações sociais. Soares e Saboya (2019) enfatizam que o ambiente pode favorecer as ocorrências de ações criminosas, destacando que espaços públicos sem manutenção e com sinais de desordem e deterioração física transmitem sensação de insegurança e tendem a não ser utilizados pela população. Espaços com tais características resultam em ambientes mais vulneráveis a ações criminosas pois influenciam na percepção do criminoso sobre o controle social do espaço (SOARES; SABOYA, 2019).

Vale enfatizar que praças e parques auxiliam na promoção do bem-estar urbano, contribuindo para a interação social com pessoas de diferentes contextos e promovendo a manutenção da vitalidade urbana, requisito fundamental para a promoção da sensação de segurança, a partir da vigilância natural (JACOBS, 2013; GEHL, 2014). Cidades seguras são também cidades vivas, inclusivas e sustentáveis na medida em que possibilitam as trocas sociais, a mobilidade ativa e a vitalidade urbana nos espaços públicos. Diante dessas premissas e partindo do princípio que fatores socioespaciais e o desenho urbano podem auxiliar na prevenção de ações criminosas e aumentar a sensação de segurança, o presente artigo analisa a correlação entre a distribuição de praças e as incidências criminais nos espaços públicos das regiões mais centrais e adensadas do município de Vila Velha, estado do Espírito Santo. Visa, portanto, enfatizar como a presença de espaços públicos de qualidade, distribuídos no contexto urbano, podem auxiliar na prevenção de crimes e serem mitigadores da sensação de insegurança nas cidades.

### Procedimentos metodológicos

O estudo é de natureza aplicada e abordagem quanti-qualitativa, desenvolvido a partir de quatro etapas metodológicas: 1) Contextualização da temática, 2) Levantamento de dados, 3) Mapeamento e 4) Correlações e análises. O recorte espacial considerou as regiões mais centrais e adensadas do município de Vila Velha- ES, são elas a Regional 1 - Grande Centro, Regional 2 - Grande Ibes e Regional 3 - Grande Aribiri. A partir de dados georreferenciados, referentes à distribuição socioespacial e de incidências criminais em espaços públicos - esses disponibilizados pela Gerência do Observatório de Segurança Pública, vinculado à Secretaria de Segurança Pública e



Defesa Social do Espírito Santo (GeOSP/SESP) - foram desenvolvidos, no *software* de geoprocessamento *ArcGis* (versão 10.3.1), mapas de calor, também conhecidos como mapas de densidade de Kernel, evidenciando as incidências criminais em espaços públicos. As análises consideram três categorias de crimes: 1) Homicídios e tentativas de homicídios, 2) Tráfico de drogas e 3) Roubos, furtos e tentativas. Teve como recorte temporal o intervalo de 3 anos (2016 a 2019), não incluindo o ano de 2017 devido à greve dos policiais militares ocorrida no estado do Espírito Santo, que descaracterizou o registro das ocorrências.

As incidências criminais foram correlacionadas com a distribuição espacial das praças e com a avaliação da qualidade socioambiental delas realizada a partir da aplicação da ferramenta de avaliação e classificação “QualificaURB”, desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa “Paisagem Urbana e Inclusão”, uma parceria entre a Universidade Vila Velha e a Universidade Federal do Espírito Santo. A ferramenta “QualificaURB” avalia o espaço público da praça considerando quatro categorias: “Proteção e Segurança”, “Conforto e Imagem”, “Acessos e Conexões” e “Sociabilidade, Usos e Atividades”, com parâmetros de análise específicos que possibilitam atribuir classificações que variam de “insuficiente”, “regular”, “bom” à “ótimo”.

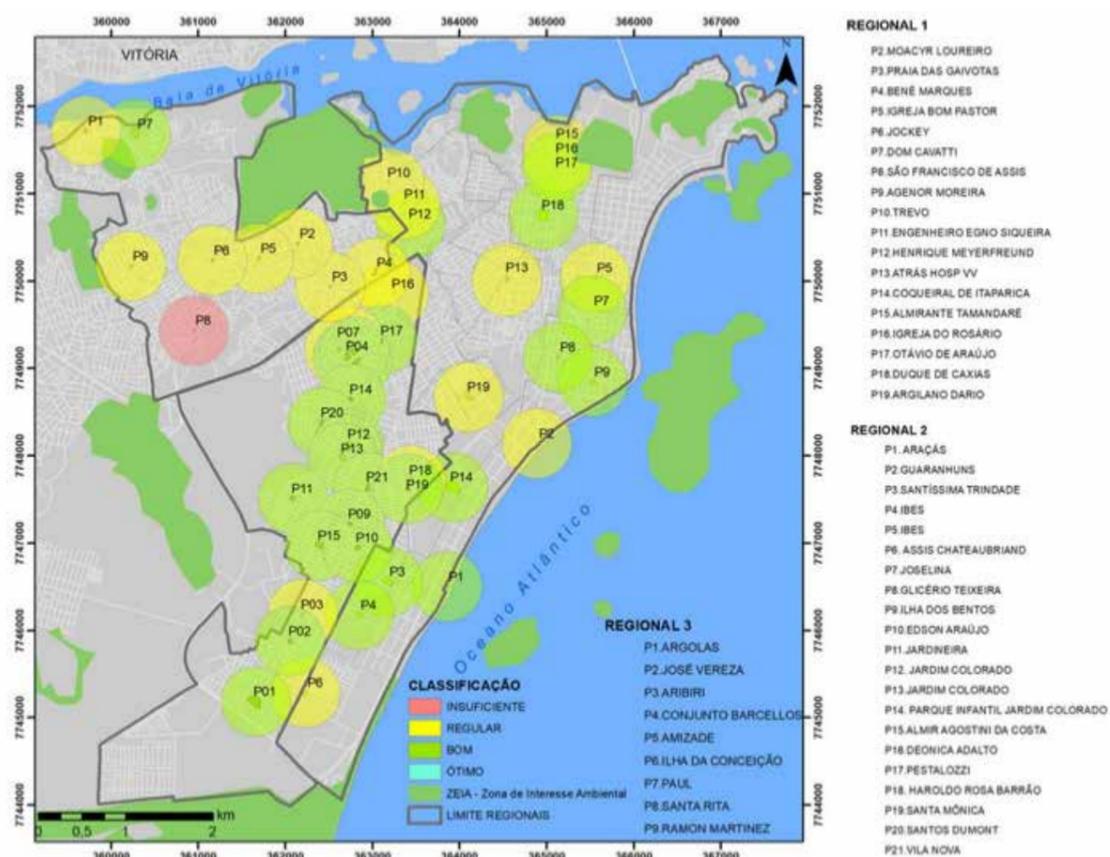
### Caracterização da área de estudo

Vila Velha, situada no litoral do estado do Espírito Santo, é a cidade mais antiga do estado e a segunda mais populosa. Pertence a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) junto com a capital Vitória e os municípios de Serra, Cariacica, Viana, Fundão e Guarapari. É dividida em 5 regiões administrativas, sendo a Regional 1- Grande Centro, a Regional 2- Grande Ibes e a Regional 3 - Grande Aribiri, recorte deste estudo (destacadas na Figura 1), as mais adensadas e onde estão concentradas as principais atividades comerciais, culturais e institucionais do município.

As três regiões administrativas abrigam juntas cerca 285 mil habitantes, ou seja, aproximadamente 70% da população de Vila Velha (IBGE, 2010). A Regional 1 - Grande

Figura 1 – Mapa de localização do Município de Vila Velha e das regionais em estudo. Fonte: Desenvolvido pelas autoras no *software* ArcGis com base na Lei Municipal nº 4.707/2008 e dados georreferenciados da PMVV, ISUN e IEMA.

Figura 2 – Mapa da Distribuição Socioespacial e classificação das praças pela ferramenta “QualificaURB”. Fonte: Desenvolvido pelas autoras no software Arcgis com base em dados georreferenciados da PMVV, ISJN e IEMA e dados do IBGE (2010).

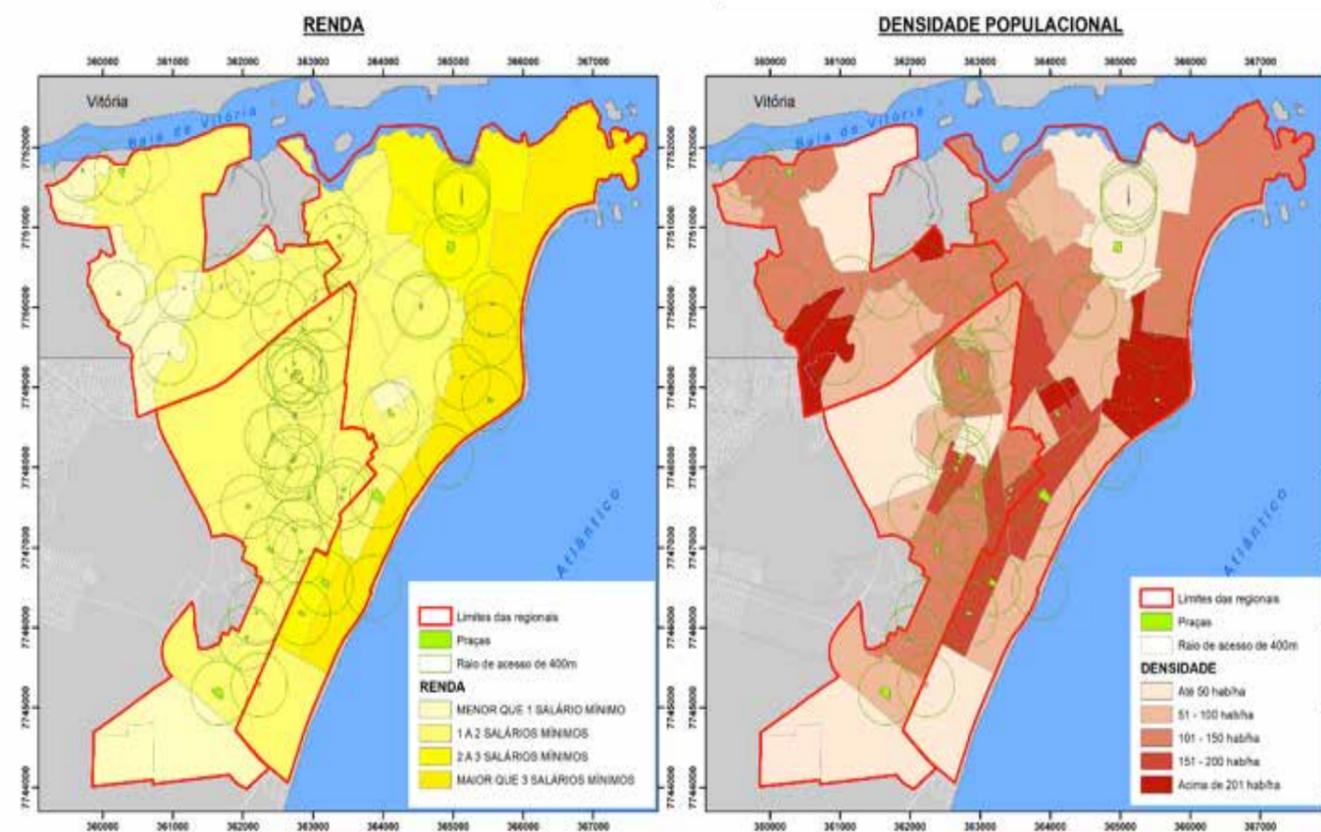


Centro possui significativa importância socioeconômica e cultural para o município. Concentra regiões mais verticalizadas e de maior interesse imobiliário, assim como marcos da paisagem natural e cultural tais como o Convento da Penha, a área verde do Morro do Moreno, o Sítio Histórico da Prainha e o Farol de Santa Luzia. A Regional 1- Grande Centro possui uma população de aproximadamente 147.279 habitantes, ou seja, cerca de 35% da população residente de Vila Velha (IBGE, 2010).

A Regional 2 - Grande Ibes, por sua vez, destaca-se pela área de interesse empresarial e ambiental. É uma das regionais do município com maior densidade populacional, além de apresentar bairros residenciais planejados e consolidados, datados da década de 1970. A Regional 3 - Grande Aribiri apresenta predominância residencial, mas também regiões de atividades terciárias, principalmente ligadas ao setor logístico e portuário. Sua ocupação iniciou-se nas décadas de 1950 e 1960, com a abertura da Avenida Carlos Lindemberg - um dos principais eixos de ligação entre os municípios de Vila Velha, Vitória e Cariacica. Ainda que seja caracterizada pela concentração de moradias subnormais em áreas alagadas e de alta declividade, a Regional 3 - Grande Aribiri possui potencialidades econômicas e ambientais.

### Distribuição socioespacial das praças urbanas

Na pesquisa, foram mapeadas - a partir do Plano Diretor Municipal (VILA VELHA, 2018), imagens de satélites, e visitas locais - as Zonas Especiais de Interesse Público (ZEIPs) com infraestrutura de praças e área mínima de 450 m<sup>2</sup>, conforme estabelecido por Jantzen (apud Cavalheiro; Del Picchia, 1992). A respeito da distribuição socioespacial das praças, verificou-se uma escassez e uma fragmentação na disponibilidade desses espaços, não atendendo toda a população das Regionais, com bairros com total ausência de praças e outros concentrando até 4 (quatro) praças, conforme ilustrados no mapa da Figura 2. Nota-se ainda uma maior concentração de praças em áreas centrais



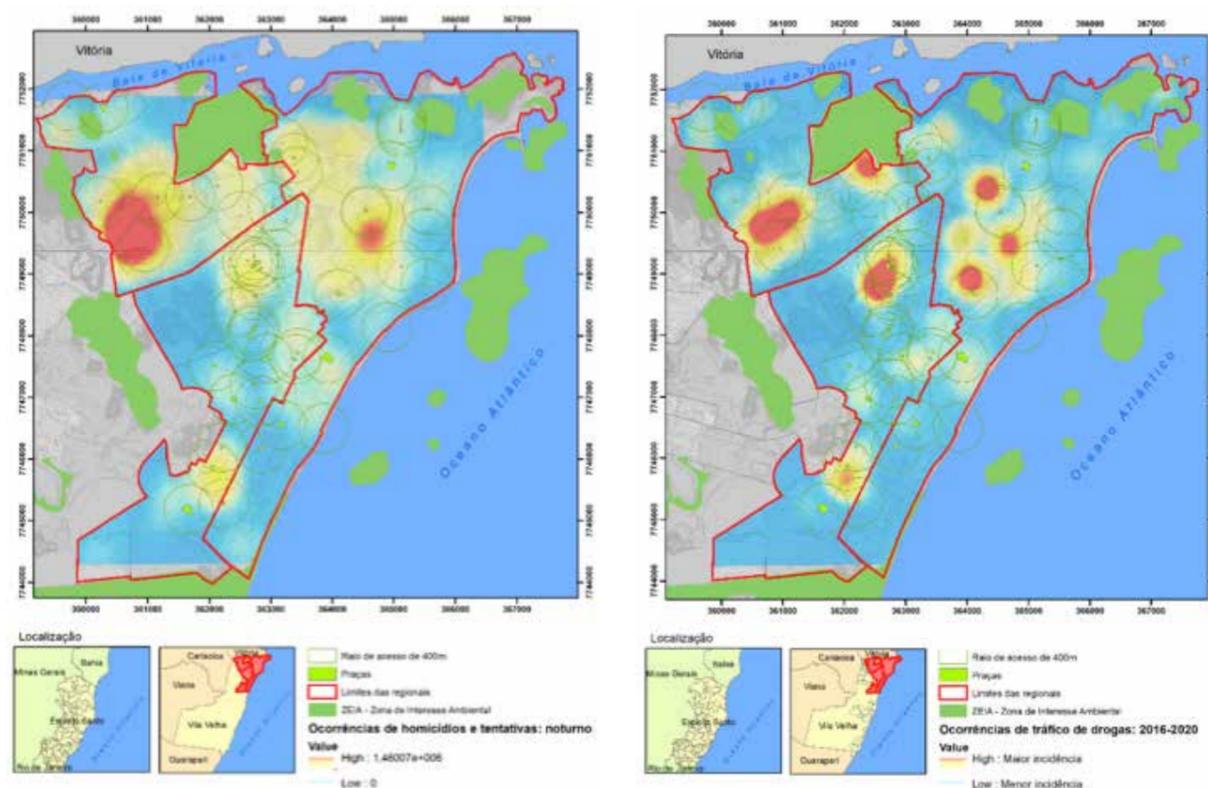
de bairros planejados e de valor histórico-cultural, bem como uma maior ausência de praças em bairros de vulnerabilidade socioeconômica, em especial, na Regional 3 - Grande Aribiri. Tal cenário corrobora as considerações de Macedo et al. (2018) ao ressaltar que, no Brasil, há uma maior quantidade de praças em áreas centrais e de bairros com maior renda, em oposição a bairros mais carentes.

Ao analisar a abrangência das praças, considerando um raio de atendimento à população de 400 metros (BERKER, et al., 2006), cerca de 60% da população das Regionais Grande Centro, Ibes e Aribiri é contemplada por praças (Figura 2). A Regional 2 - Grande Ibes destaca-se positivamente pois cerca de 73% da população é atendida pelo raio de abrangência de 400 metros das praças, entretanto, a Regional 1 - Grande Centro, mais adensada do município, possui a menor abrangência, com 6 bairros sem nenhuma praça e apenas 44% da sua população atendida. Nesse último caso, vale mencionar que tal situação é minimizada pela presença de outros espaços públicos como o calçadão da orla e áreas verdes abertas para visitação, diferente do que acontece nas Regionais 2 e 3.

Conforme representado nas Figuras 3 e 4, a densidade populacional e a renda per capita por bairros possuem uma variação significativa entre porções do território com características diferentes. A Regional 2 - Grande Ibes possui a situação mais favorável, com bairros de menor densidade demográfica e melhor distribuição espacial das praças. A Regional 3 - Grande Aribiri, ao contrário, apresenta um cenário de desequilíbrio, apresentando bairros de menor renda e altas densidades populacionais e nenhuma praça ou outro espaço público. Esses bairros são caracterizados por ocupações irregulares e espontâneas, ao longo de áreas com fragilidade ambiental e de risco, que também sofrem com altos índices de criminalidade. A Regional 1 - Grande Centro também apresenta cenários contrastantes com bairros de alta renda per capita e baixa densidade apresentando várias praças (próximos à orla), contrapondo bairros de alta densidade e baixa renda per capita sem nenhuma praça.

Figura 3 – Mapa renda per capita (salário-mínimo). Figura 4 – Mapa densidade demográfica (hab./ha). Fonte: Desenvolvidos pelas autoras no software Arcgis com base em dados georreferenciados da PMVV, ISJN e IEMA e dados do IBGE (2010).

Figura 5 – Mapas de calor das incidências criminais de homicídio em espaços públicos. A) Ocorrências de homicídio: 2016 a 2020. B) Ocorrências de tráfico de drogas: 2016 a 2020. Fonte: Desenvolvidos pelas autoras no software Arcgis com base em dados georreferenciados da PMVV, ISJN, IEMA e ocorrências criminais com base em dados do GEOSP/SESP.



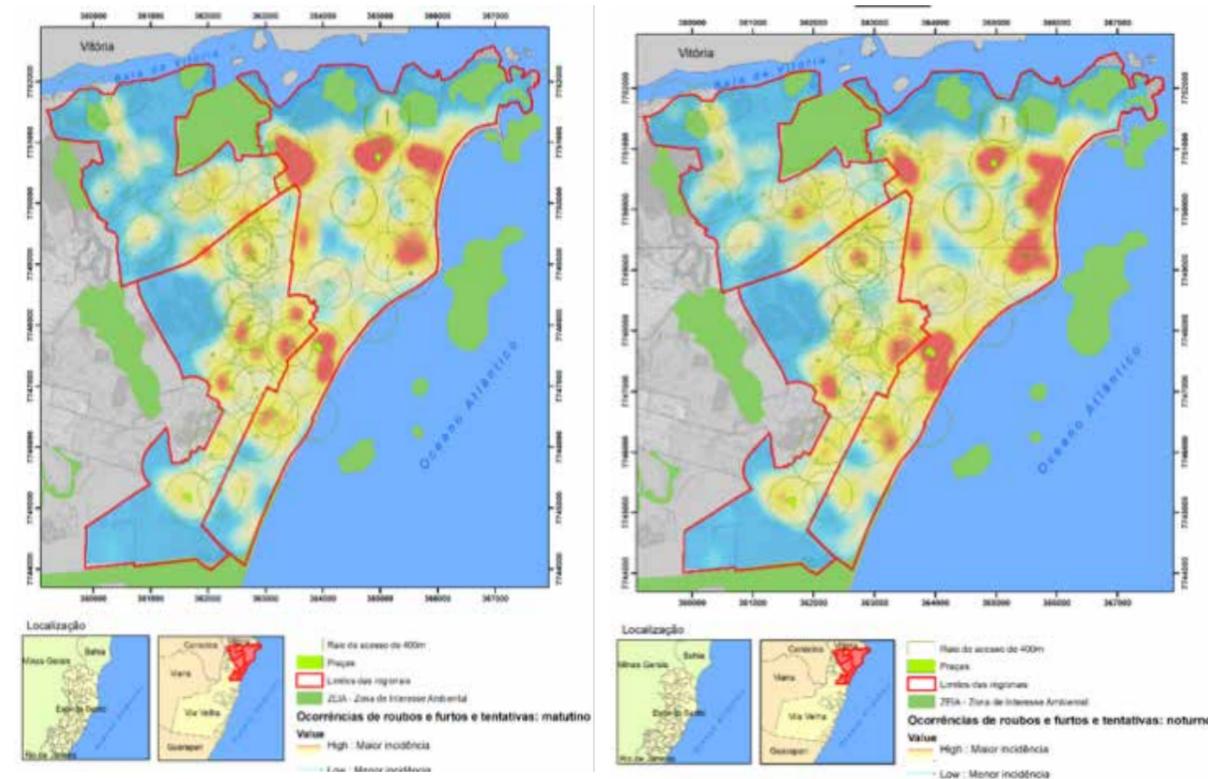
A qualidade e manutenção das praças mapeadas foi mensurada e analisada pelo grupo de Pesquisa “Paisagem Urbana e Inclusão”, a partir da aplicação da ferramenta “QualificaURB”, levando em consideração as categorias: “Proteção e Segurança”, “Acessos e Conexões”, “Conforto e Imagem” e “Sociabilidade, Usos e Atividades”. Ao analisar a qualidade socioambiental das praças, a maioria delas recebeu classificação “regular”, com destaque para as praças de Coqueiral de Itaparica (P14), Ibes (P4) e Paul (P7), essas foram classificadas com as de melhor desempenho das Regionais Grande Centro, Grande Ibes e Grande Aribiri, respectivamente. E as praças Jockey (P6), Haroldo Rosa (P18) e Santa Rita (P8), avaliadas com as de pior classificação das Regionais Grande Centro, Grande Ibes e Grande Aribiri, respectivamente. Tais praças serão melhor discutidas na sequência.

### Incidências criminais em espaços públicos das regionais em análise

A partir da análise dos mapas de incidências criminais registradas em espaços públicos (Figura 5), nota-se que crimes de homicídios e de tráfico de drogas estão localizados em áreas com ausência de praças, concentrando-se em bairros de menor renda per capita e alta densidade demográfica (ALI; JESUS; RAMOS, 2020). Observa-se também uma correlação entre as ocorrências de homicídios e as de tráfico de drogas, com destaque para bairros com elevada densidade demográfica e baixa renda da Regional 1 – Grande Centro e da Regional 3 - Grande Aribiri (Figuras 3 e 4). Tal cenário evidencia a relação entre segurança e desigualdade socioeconômica também destacada por Gehl (2014, p. 97) ao elucidar que “a desigualdade social e econômica é o pano de fundo para os altos índices de criminalidade e as tentativas (total ou parcialmente) privadas de proteger a vida e a propriedade”.

Na Regional 2 – Grande Ibes, os registros de tráfico de drogas concentram-se na praça central do bairro Ibes e seu entorno, com algumas incidências próximo ao bairro do Jockey, região em transformação e onde ainda existem vários terrenos vazios objetos

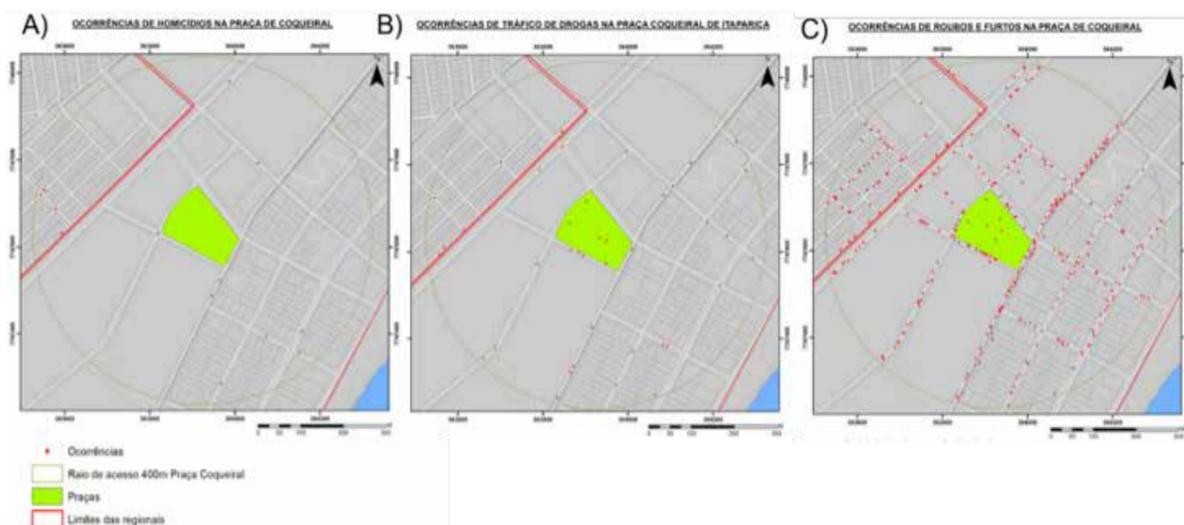
Figura 6 – Mapas de calor das incidências criminais de roubos e furtos em espaços públicos. A) Ocorrências de roubos e furtos diurno. B) Ocorrências de roubos e furtos noturno. Fonte: Desenvolvidos pelas autoras no software Arcgis com base em dados georreferenciados da PMVV, ISJN, IEMA e ocorrências criminais com base em dados do GEOSP/SESP.



de especulação imobiliária. Destaca-se, assim como defende Jacobs (2013), que espaços com pouca movimentação e circulação de pessoas não auxiliam na vigilância natural e, portanto, são mais sujeitos a ações criminosas.

Em relação as ocorrências de roubos e furtos (Figura 6), essas diferem-se das demais pois acontecem onde há maior circulação de pessoas, em áreas comerciais com elevado fluxo mas também em bairros com maior renda per capita, com destaque para a Regional 1 - Grande Centro. Percebe-se também uma maior concentração de roubos e furtos em proximidade de algumas praças e ruas do seu entorno, em especial nas praças centrais de bairros consolidados, com maior densidade populacional e renda per capita, como é o caso das praças dos bairros de Coqueiral de Itaparica (P12) e Centro (P18). Tal cenário corrobora as afirmações de Soares e Saboya (2019) ao indicarem que ruas com maior movimento de pessoas são vulneráveis à ocorrência de pequenos furtos, já que os criminosos aproveitam o fluxo intenso de pessoas para a ação passar despercebida. Os autores complementam que crimes mais violentos são mais frequentes em área de difícil acesso e com menor presença de pessoas.

Ademais, percebe-se que crimes de roubos e furtos acontecem, também, em áreas predominantemente comerciais como o bairro da Glória – polo industrial e de moda do estado. Esse apresenta baixa densidade e predomínio de comércio diurno, sem diversidade de uso e com ausência de pessoas à noite e nos finais de semana, prejudicando a segurança pública. Barause e Saboya (2018) também ressaltam a importância de associar o uso residencial ao não-residencial, pois comércios fechados à noite resultam na ausência de pessoas para vigiar, enquanto residências com janelas e aberturas auxiliam na vigilância natural. Foucault (1997) em sua análise do *Panóptico de Bentham* – mecanismo prisional de torre central com visibilidade axial as celas - esclarece que o indivíduo, ao ser vigiado, tende a diminuir as transgressões a lei. Mesmo que não esteja sendo de fato observado, a possibilidade de vigilância pode ser um fator inibidor.



### Considerações sobre as praças de maior e menor desempenho.

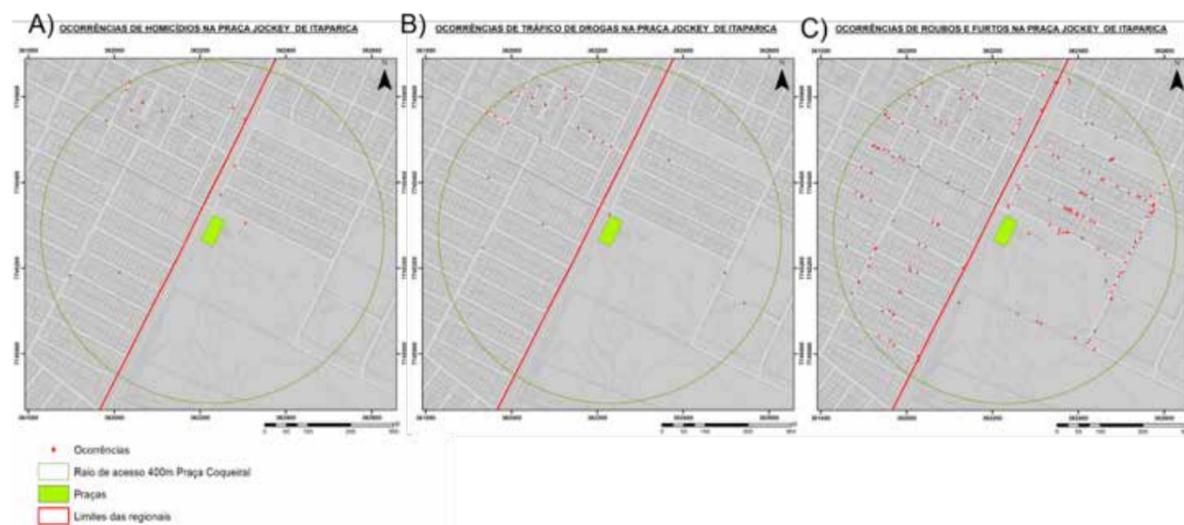
De modo a compreender as correlações entre incidências criminais nos espaços públicos com a distribuição e qualidade das praças, são evidenciadas, na sequência, com base na avaliação da qualidade socioambiental com a aplicação da ferramenta “QualificaURB, duas praças de cada Regional – as que apresentam a pior e a melhor avaliação.

Conforme evidenciado nas Figuras 7 e 8, na Regional 1 – Grande Centro, tanto na praça de Coqueiral de Itaparica (melhor desempenho) quanto a do Jockey (pior classificação), percebe-se que as ocorrências registradas refletem o contexto em que estão inseridas. A praça de Coqueiral de Itaparica, apesar da boa avaliação, apresenta precária iluminação e vigilância, bem como uma morfologia urbana que compromete a segurança pública. Além da praça possuir grande dimensões, existe um edifício religioso em seu interior, que apesar de trazer movimento em determinados dias e horários, possui paredes cegas que impossibilitam a permeabilidade visual e comprometem a vigilância natural em pontos específicos da praça (Figura 9).

Quanto ao entorno da praça de Coqueiral de Itaparica (Figura 7), nota-se que as quadras são extensas, contrariando o defendido por Jacobs (2013) em relação as alternativas de percursos e conseqüente incentivo a movimentação de pessoas permitidos pelas quadras curtas. Apesar do predomínio de comércio de grande porte, em especial de supermercados, a diversidade de uso é baixa e as fachadas não são consideradas visualmente ativas e/ou fisicamente permeáveis. Ademais, há uma concentração de condomínios residenciais murados nas proximidades da praça e concentração das ocorrências de roubos e furtos nas vias comerciais que interceptam a praça e interligam o bairro.

Ao analisar a praça do Jockey, percebe-se menor registro de ocorrências criminais, como ilustra a Figura 8. Tal fator também é reflexo de um entorno caracterizado por baixa densidade demográfica, grande concentração de vazios urbanos e ausência de movimentação de pessoas. Nota-se, entretanto, um número considerável de incidências de tráfico de drogas na praça do Jockey, corroborando as afirmações de Soares e Saboya (2019) de que crimes mais violentos tendem a ser mais frequentes em espaços públicos vazios e de difícil acesso.

Observa-se também que a praça do Jockey, além de possuir parte de seus limites murados (Figura 10), não possui infraestrutura adequada, não há mobiliários e

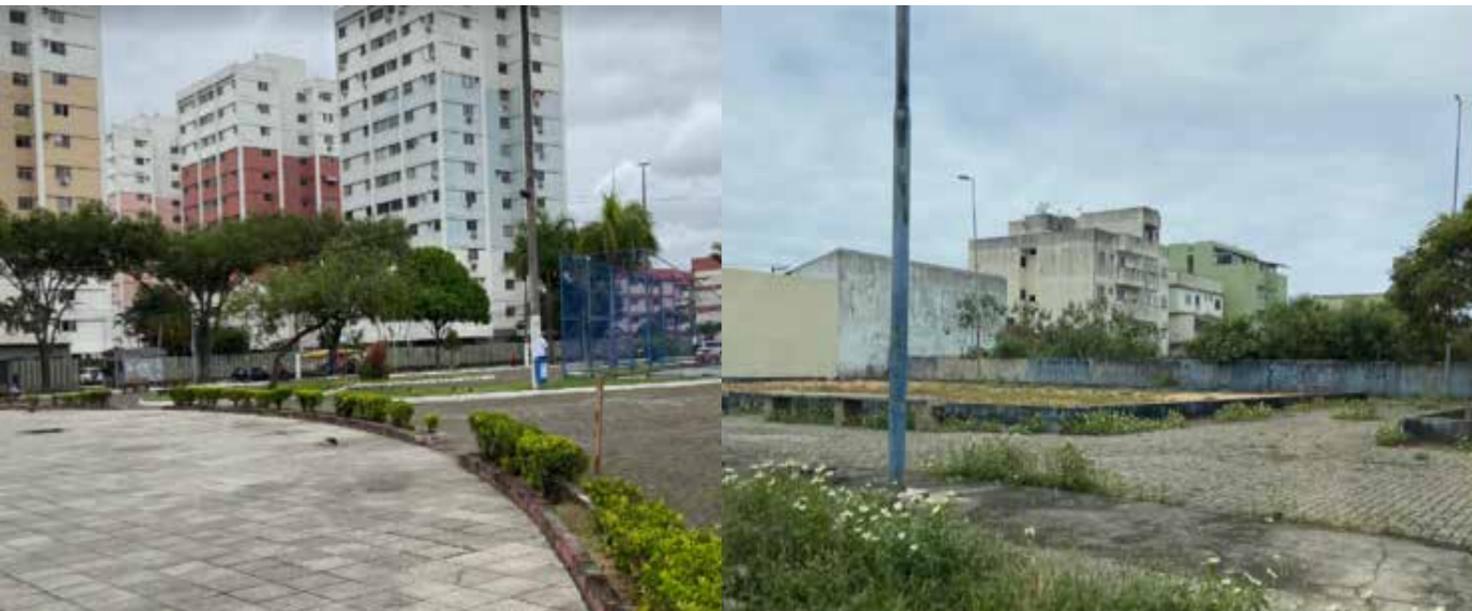


equipamentos suficientes e em condições de uso. Tal cenário compromete o enfatizado por Soares e Saboya (2019) de que espaços públicos sem manutenção, com mobiliários urbanos quebrados e inapropriados transmitem sensação de insegurança e medo, resultando em espaços inóspitos, vazios e não convidativos demonstrando, portanto, pouco controle social e maior vulnerabilidade a ocorrências criminais.

Ainda que a praça do Jockey apresente poucas ocorrências criminais, é um espaço sem vitalidade, que passa sensação de insegurança, situada em uma região vazia e menos consolidada da Regional. Para que as pessoas se apropriem e usem os espaços públicos, a qualidade e a segurança são requisitos fundamentais. “Sentir-se seguro é crucial para que as pessoas abracem o espaço urbano. Em geral, a vida e as próprias pessoas tornam a cidade mais convidativa e segura, seja em termos de segurança percebida e vivenciada” (GEHL, 2014, p. 91).

De maneira análoga, na Regional 2 - Grande Ibes, a praça central do bairro Ibes (P4) recebeu a melhor avaliação e a praça Haroldo Rosa (P18), o pior desempenho na avaliação geral. A morfologia do bairro do Ibes é similar ao bairro de Coqueiral de Itaparica, com quadras extensas contrariando uma das condições para a diversidade urbana: “a maioria das quadras deve ser curta; ou seja, as ruas e as oportunidades de virar esquinas devem ser frequentes.” (JACOBS, 2013, p.197). A praça do Ibes (Figura 13), assim como ocorre na praça de Coqueiral de Itaparica (praça de melhor classificação da Regional Centro), apesar da boa avaliação, apresenta concentração de roubos e furtos, como já mencionado anteriormente. Trata-se de uma praça situada em local adensado e de intenso fluxo de pessoas, cenário considerado por Soares e Saboya (2019) propício à ocorrência de pequenos furtos. A praça possui uma edificação religiosa que além de dividir o espaço, as extensões das fachadas cegas do edifício obstruem a visibilidade em determinados pontos, gerando espaços suscetíveis a ações criminosas.

Sobre a relação entre a arquitetura e o espaço público, Jacobs (2013, p.36) destaca que “[...] os edifícios de uma rua preparada para receber estranhos e garantir a segurança tanto deles quanto dos moradores devem estar voltados para a rua. Eles não podem estar com os fundos ou um lado morto para a rua e deixá-la cega”. A baixa diversidade de usos aliada a presença de edificações muradas pode tornar a rua e a praça insegura, sobretudo à noite. Além disso, o espaço público da praça do Ibes é fragmentado, ora cortado por uma via, ora por edificações como ilustra a Figura 11. Entretanto, a praça possui elementos atrativos como academia ao ar livre e quadra esportiva, que favorecem as apropriações e, em partes, elucidam a boa classificação, porém,



não pode ser analisada fora de seu contexto urbano. A vulnerabilidade do entorno, portanto, reflete diretamente na praça, em especial, no que tange as incidências de roubos e furtos.

A praça Haroldo Rosa (Figura 14), por sua vez, apresenta poucas ocorrências, porém, é um espaço com baixo fluxo de pessoas e com um entorno predominantemente residencial. Ainda assim, as ocorrências na praça possuem relação direta com aquelas registradas no bairro em que está inserida conforme Figura 12. A densidade da região é alta (entre 151 a 200 hab./ ha), com baixa renda per capita baixa (entre 1 a 2 salários mínimos) e essa combinação de elevada densidade e renda per capita pode ser um fator que aumenta as ações criminosas. Soares e Saboya (2019) relatam que não há um consenso sobre a influência da densidade populacional, alguns defendem que densidades elevadas levam a maior incidência de crimes, enquanto outros afirmam que contribui para a vigilância natural.

A Regional 3 – Grande Aribiri apresenta as praças de Paul e de Santa Rita (Figuras 15 e 16), como as de pior e melhor avaliação geral, respectivamente. A praça de Paul (Figura 17), ainda que bem avaliada está em uma área pouco consolidada do bairro, próxima à uma região portuária e a terrenos vazios murados, apresentando baixa circulação de pessoas e pouca vitalidade. Destaca-se que espaços públicos pouco movimentados se tornam propícios a ações violentas já que “sentir-se seguro é crucial para que as pessoas abracem o espaço urbano. Em geral, a vida e as próprias pessoas tornam a cidade mais convidativa e segura, seja em termos de segurança percebida e vivenciada” (GEHL, 2014, p. 91).

A praça de Santa Rita (Figura 18), com pior avaliação, está situada em uma área com alto fluxo de carros e quadras extensas e irregulares, conforme representado nos mapas da Figura 16, com entorno predominantemente comercial. Vale ressaltar que os crimes de roubos e furtos na praça Santa Rita podem ter relação direta com a falta de manutenção e a ausência de mobiliários de qualidade, o que gera falta de apropriação do espaço por parte da comunidade local. É necessário atender, também, as necessidades específicas de cada comunidade a fim de aumentar a sensação de pertencimento ao engajar os moradores nas tomadas de decisão. O princípio de “manutenção dos espaços públicos”, presente na teoria de Jeffery (1971) do CPTED (*Crime Prevention Through Environmental Design*) enfatiza que as características físicas e a conservação dos espaços públicos são cruciais para a redução dos crimes.

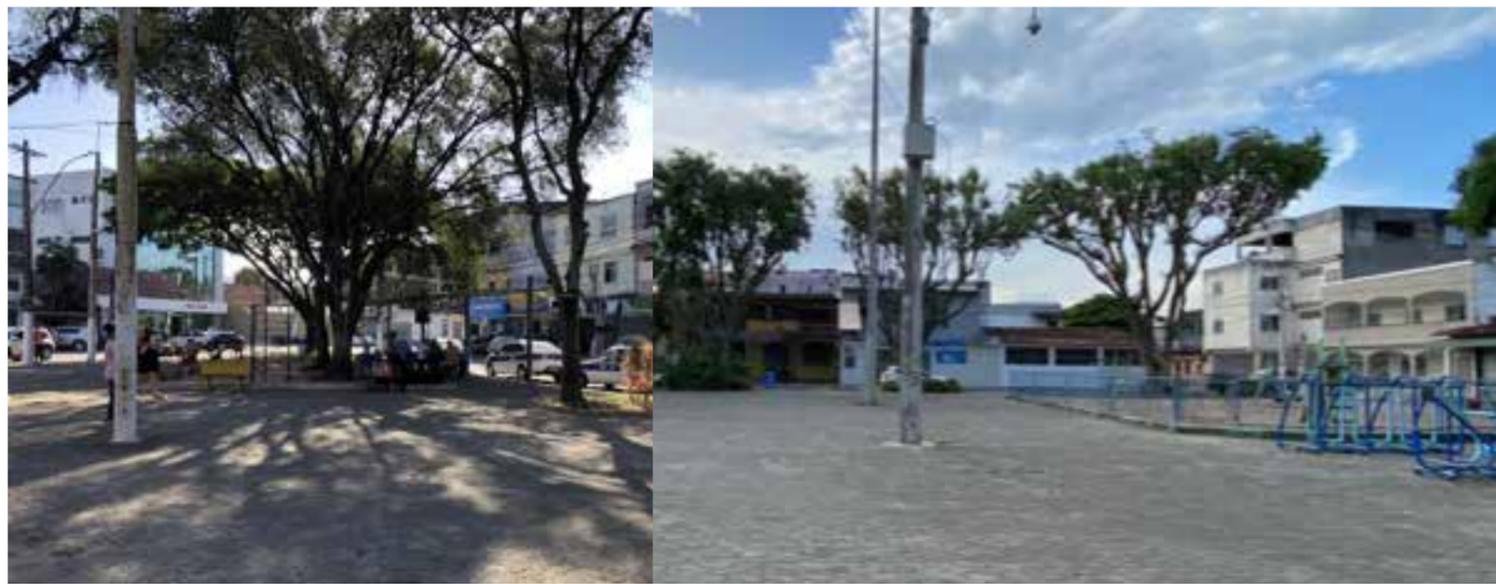
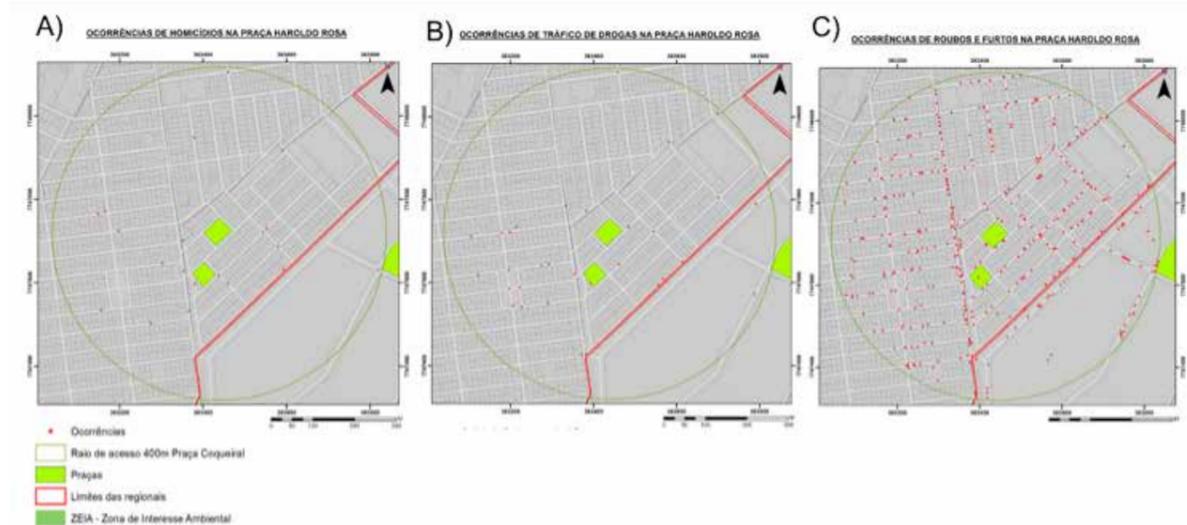
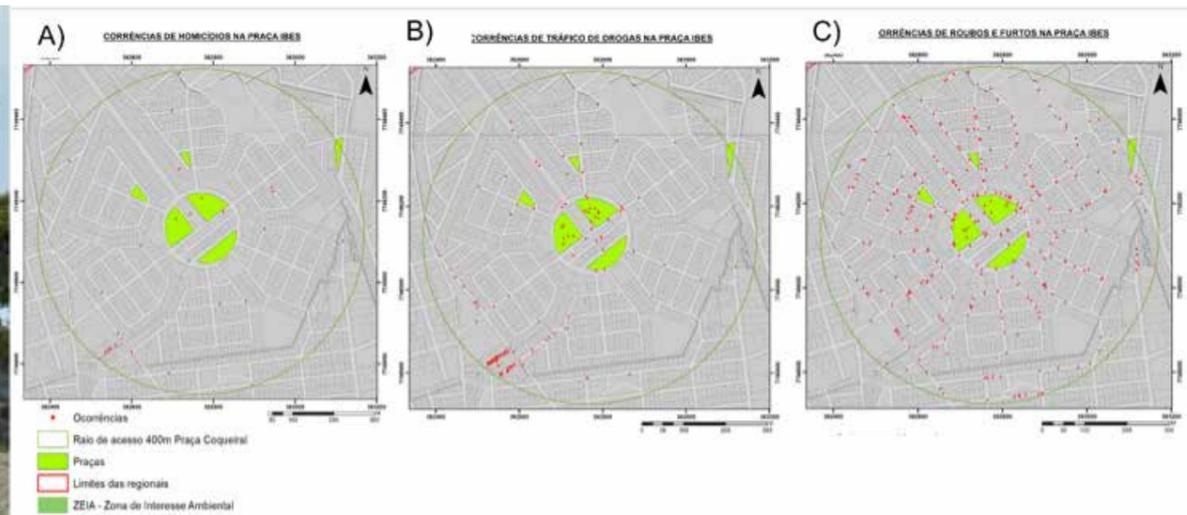
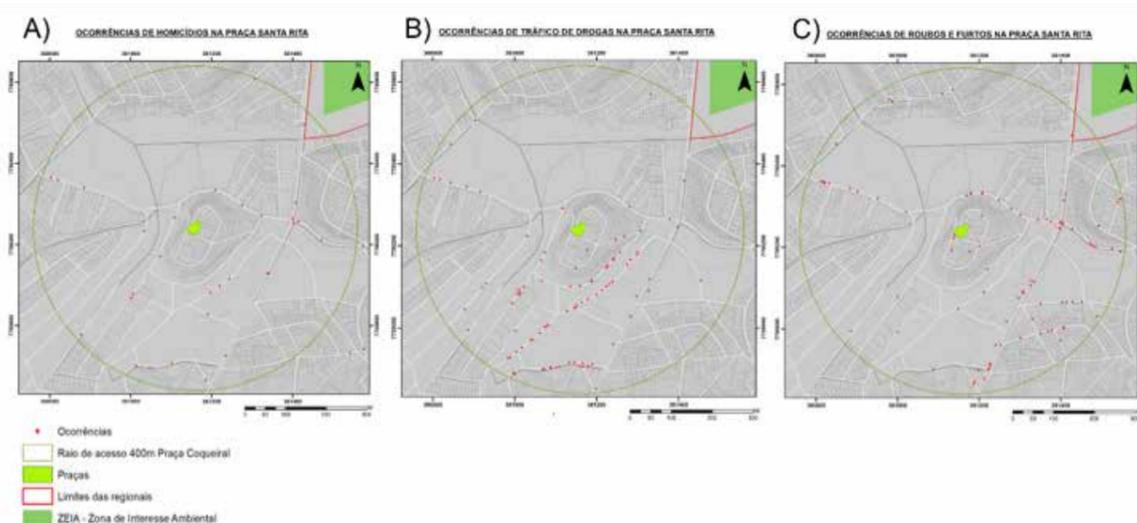
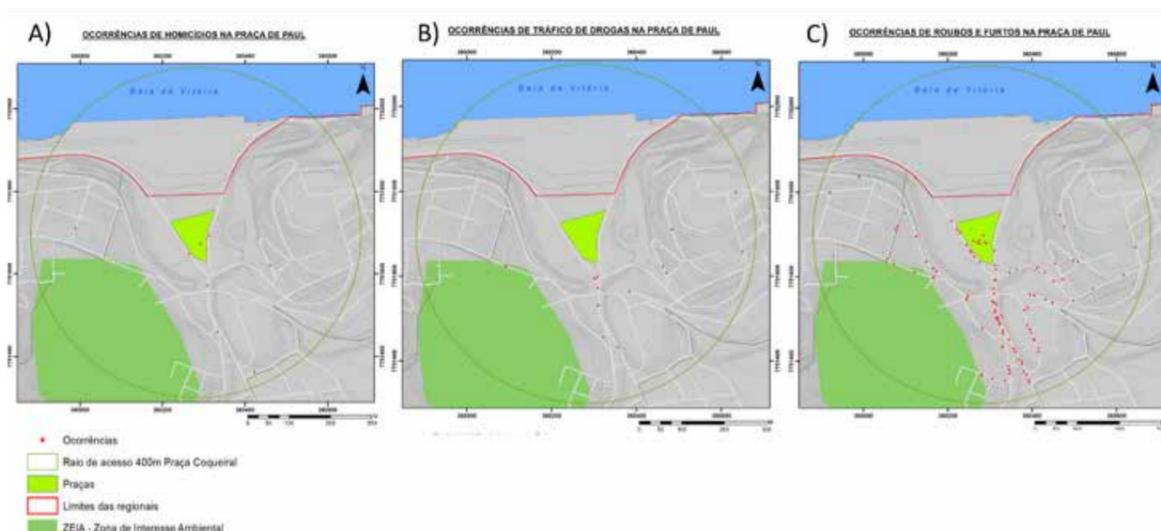


Figura 11 – Mapas de ocorrências criminais em espaços públicos de A) Homicídio, B) Tráfico de drogas e C) Roubos e furtos na praça do Ibes (melhor pontuação), da Regional 2 - Grande Ibes. Figura 12 – Mapas de ocorrências criminais em espaços públicos de A) Homicídio, B) Tráfico de drogas e C) Roubos e furtos na praça Haroldo Rosa (pior pontuação) da Regional 2 – Grande Ibes. Fonte: Desenvolvidos pelas autoras no software Arcgis com base em dados georreferenciados da PMV, ISJN, IEMA e ocorrências criminais com base em dados do OSP/SESP. Figura 13 - Praça do Ibes (melhor pontuação). Figura 14 - Praça Haroldo Rosa (pior pontuação). Fonte: Acervo do grupo de pesquisa, 2021.

Figura 15 – Mapas de ocorrências criminais em espaços públicos de A) Homicídio, B) Tráfico de drogas e C) Roubos e furtos na praça de Paul (melhor pontuação). Figura 16 – Mapas de ocorrências criminais em espaços públicos de A) Homicídio, B) Tráfico de drogas e C) Roubos e furtos na praça Santa Rita (pior pontuação). Fonte: Desenvolvidos pelas autoras no software Arcgis com base em dados georreferenciados da PMVV, ISJN, IEMA e ocorrências criminais com base em dados do OSP/SESP.



### Considerações finais

Os resultados evidenciam uma fragmentação na distribuição espacial das praças, não atendendo à toda população das regionais em estudo, além do alto índice de crimes violentos em áreas com ausência de praças. Percebe-se uma relação entre as incidências criminais em espaços públicos e aspectos socioeconômicos, evidenciando que bairros mais adensados, de menor renda per capita e maior vulnerabilidade social, apresentam maiores ocorrências de crimes. Ademais, percebe-se que crimes mais violentos (homicídios e tráfico de drogas) acontecem em áreas onde não há espaços públicos.

As análises também apontam que as incidências de homicídios podem também ter relação com as disputas do tráfico de drogas, devido a convergência da densidade na mesma área. Em relação aos crimes de roubos e furtos, nota-se que esses ocorrem, frequentemente, em regiões de altas densidade e renda per capita, contemplando também praças centrais, circundadas por áreas comerciais e com grande fluxo de pessoas. Tal cenário foi registrado nas praças dos bairros do Centro, Ibes e Itaparica, que apesar de receberem boas avaliações - conforme apontam os resultados da aplicação da ferramenta “QualificaURB” - apresentam iluminação, vigilância e morfologia urbana que comprometem a segurança pública.



As análises também apontam que as ocorrências registradas nas praças são um reflexo do que acontece no contexto em que estão inseridas. Dessa maneira, praças centrais, situadas em bairros consolidados com predominância comercial e grande fluxo de pessoas podem ser alvo de crimes como furtos e roubos. Tal cenário acontece na praça de Coqueiral de Itaparica, que apesar da vitalidade do espaço, apresenta iluminação e vigilância insuficientes, além da morfologia do espaço comprometer a vigilância natural, com construções presentes na praça que funcionam como barreiras visuais, criando áreas vulneráveis a ações criminosas. Ademais, praças com entornos comerciais e pouca diversidade de usos, tendem, à noite, a ter menos movimento de pessoas e causar insegurança. Tais considerações reforçam a relação entre morfologia, desenho urbano, tipologia arquitetônica, distribuição e qualidade das praças com as ocorrências de crimes nos espaços públicos.

Em relação as praças de pior avaliação, vale destacar que as de Santa Rita e Haroldo Rosa passaram por reformas no ano de 2022, período posterior a coleta de dados e análises presentes neste artigo. Tendo em vista as recentes adequações realizadas nessas praças, sugere-se, como futuros estudos, verificar o quanto as reformas implicaram na redução da criminalidade e aumento da sensação de segurança das praças e seus arredores.

A pesquisa ainda evidencia que o fenômeno da violência urbana, apesar de complexo, influencia e é influenciado pelo espaço urbano, sendo assim, o planejamento das cidades não pode estar desvinculado do desenho e da morfologia urbana, mesmo porque cidades vivas e ativas são também cidade seguras e sustentáveis, na medida em que incentivam a vida urbana e convidam as pessoas a caminharem e pedalar, deixando o automóvel de lado e vivenciando os espaços livres públicos e as áreas verdes urbanas.

Os espaços públicos da cidade devem atender as necessidades da comunidade do seu entorno, para despertar um sentimento de pertencimento e identidade que provoque responsabilidade quanto ao uso e conservação, além do policiamento preventivo. Para que a população se aproprie do espaço público é preciso, porém, manutenção desses espaços tendo em vista que espaços deteriorados inspiram sensação de medo e controle social reduzido, o que causa mais oportunidades para ações criminosas.

A pesquisa ressalta a necessidade de estudos voltados para segurança urbana e espaços livres públicos urbanos, especialmente, em bairros de maior vulnerabilidade social, pois é onde ocorrem os crimes mais violentos. Enfatiza como a presença de

Figura 17- Praça de Paul (melhor pontuação). Figura 18 - Praça de Santa Rita (pior pontuação). Fonte: Acervo Grupo de Pesquisa, 2021.

espaços públicos de qualidade distribuídos no contexto urbano podem auxiliar na prevenção de crimes e serem mitigadores da sensação de insegurança nas cidades. Assim como destaca que a segurança pública é uma questão complexa e afeta a cidade e seus municípios, e que mesmo as áreas com maior concentração de renda apresentam espaços públicos negligenciados e sem qualidade e infraestrutura. Sugerem-se estudos futuros que permitam a melhor compreensão dos fatores socioespaciais e da morfologia urbana que influenciam no sentimento de medo e na incidência criminal. Novas pesquisas podem ser replicadas em outros contextos, a partir da utilização da mesma metodologia de levantamento de dados e mapas de densidades criminais, de modo a comparar e comprovar os resultados desta pesquisa. Os estudos podem, também, fomentar futuras intervenções, para a criação de espaços democráticos com vitalidade que promovam a segurança e o convívio de todos.

## Referências

- ALI, Pamella C.; JESUS, Luciana A. N. de; RAMOS, Larissa L. A. Espaços livres de uso público no contexto da segurança urbana. *Ambiente Construído*, Porto Alegre, v. 20, n. 3, Jul-Sep 2020.
- BARAUSE, L.; SABOYA, R. T. de. Forma arquitetônica e usos do solo: um estudo sobre seus efeitos na ocorrência de crimes. *Ambiente Construído*, Porto Alegre, v. 18, n. 4, p. 427-444, out./dez. 2018.
- BAUMAN, Z. *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2009
- BERKE, P. et al. *Urban land use planning*. 5. ed. Urbana: University of Illinois Press, 2006.
- BONDARUK, R. L. *A prevenção do crime através do desenho urbano*. Curitiba: edição do autor, 2007.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. *Novos Estudos CEBRAP*, n.47, 155-176, mar. 1997.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. 3. ed. São Paulo, SP: EDUSP: Ed. 34, 2011. 399 p.
- CAVALHEIRO, F.; DEL PICCHIA, P.C.D. Áreas verdes: conceitos, objetivos e diretrizes para o planejamento. In: Encontro Nacional Sobre Arborização Urbana, 4 Vitória (ES), de 13 a 18 de setembro de 1992, *Anais I e II*, p.29-38. 1992.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. In: FOUCAULT, Michel. *O Panoptismo*. Trad. de Raquel Ramalhe. 16. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1997. Cap. 3, p. 162–187.
- GEHL, J. *Cidade para Pessoas*. São Paulo: Perspectiva. 2014
- IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico 2010: características da população e dos domicílios: resultados do universo*. Rio de Janeiro, 2010.
- JACOBS, J. *Morte e vida de grandes cidades*. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.
- JEFFERY, C. R. *Crime prevention through environmental design*. Beverly Hills: Sage Publications, 1971.
- LIMA, D. M. M. C. A violência urbana e a sensação de insegurança nos espaços públicos de lazer das cidades. *Geoconexões*, v. 2, n. 1, 2015.
- LIMA, D.M.M.C. *O espaço de todos, cada um no seu lugar: o uso dos espaços públicos destinados ao lazer em Natal*. Natal, RN, 2006.
- LIRA, P. *Geografia do crime e arquitetura do medo*. Vitória: GSA, 2014.
- MACEDO, Silvio Soares et al. *Os sistemas de espaços livres e a constituição da esfera pública contemporânea no Brasil*. São Paulo, SP: EDUSP, 2018.
- MOVIVE VERDEVIDA. *Diagnóstico socioeconômico e ambiental região do Aribiri. Diagnóstico socioeconômico e urbanístico de Vila Velha*, v. 1, dez. 2002.
- NEWMAN, O. *Creating defensible space*. Instituto for community design analysis, 1996. Disponível em: <https://www.humanics-es.com/defensible-space.pdf>. Acesso em: 27 out. 2021
- SOARES, M.; SABOYA, R. T. Fatores espaciais da ocorrência criminal: modelo estruturador para a análise de evidências empíricas. *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 11, 2019.
- VILA VELHA. *Plano Diretor Municipal de Vila Velha*. Lei Complementar 65/2018 de 12 de novembro de 2018. Vila Velha-ES, 2018.
- WILSON, James Q.; KELLING, George L. Broken windows. *Atlantic monthly*, v. 249, n. 3, p. 29-38, 1982.